



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA VIRTUAL Nº 42/2021

DATA DA CORREIÇÃO VIRTUAL: **13/10/2021**

PROMOTOR DE JUSTIÇA: Cláudia do Amaral Calmon

(X) TITULAR () SUBSTITUTO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA: 2ª Promotoria de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

DISTRITO(S):

1) DADOS PESSOAIS E FUNCIONAIS

1.1 Data do ingresso na carreira	02/04/2003
1.2 Data de designação/lotação na Promotoria de Justiça	05/11/2020
1.3 Atribuições	<u>Judiciais:</u> Atuação perante o Juizado de Violência Contra a Mulher <u>Extrajudiciais:</u>
1.4 Exerce atribuições como Promotor Eleitoral	Sim () Não (X)
1.5 Designado(a) para cumular suas atribuições em outra unidade do MP, nos últimos seis meses	Sim (x) Não () Em que unidade? 1ª Promotoria de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 16 a 25/06/2021 13ª Procuradoria de Justiça (16/09 a 05/10/2021) 1ª Procuradoria de Justiça (28/04 a 27/05/2021)
1.6 Recebeu colaboração de membro ou de órgão de execução nos últimos seis meses	Sim () Qual? _____ Não (X)
1.7 Reside na Unidade de lotação	Sim (X) Não ()
1.8 Endereço Residencial	Av. Monsenhor Olivio Teixeira, 640, apt 601, Bairro: Jardins. Aracaju/SE.
1.9 Autorizado(a) a residir fora da Comarca	Sim () Portaria de Autorização nº: _____ Data: Não (X)
1.10 Exerce o Magistério	Sim () Dados do Estabelecimento e carga horária: Não (X)
1.11 Férias/Licenças/Afastamentos do último ano	Período de férias do último ano: 01/02/2021 a 10/02/2021 Período de outros afastamentos do último ano: Folga referente a



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

plantão (08/01/2021 e 11 a 15/01/2021)

1.12 Observações da Corregedoria Geral

A Promotora de Justiça realiza a comunicação de suas férias à Corregedoria-Geral, conforme disposto no art. 104 da Lei Complementar nº 02/90.

2) DADOS DA PROMOTORIA E DO TRABALHO REMOTO

2.1 Servidores	Nome: Claudia Regina Santos Lima Getirana Cargo: Técnico Administrativo Nome: Danielle Tavares da Silva Drapalla Cargo: Analista especialidade Direito Nome: Elisabete de Góis Santana Cargo: Estagiária Nome: Emanuele Arciere Mendonça Cargo: Estagiária Voluntária Nome: Lavínia Machado Cargo: Estagiária Voluntária
2.2 A estrutura de apoio é	() Satisfatória (X) Insuficiente Observações:
2.3 As instalações da Promotoria são adequadas e satisfatórias	Sim (X) Não () Observações:
2.4 Horário de Funcionamento da unidade	7 às 13h.
2.5 Dias/Horário de atendimento ao público	7 às 13h.
2.6 O atendimento ao público também é realizado por intermédio de quais meios?	(X) telefone (X) e-mail institucional
2.7 Quantitativo médio de atendimento ao público semanal	Esta unidade Ministerial em virtude da pandemia COVID-19, deixou de realizar atendimento presencial durante o período de isolamento. Cumpre salientar que não restou prejuízo as partes e seus patronos, pois houve atendimento via telefones particulares das servidoras, promotoras e e-mail institucional.
2.8 Há registro dos atendimentos realizados ao público externo (partes/advogados/comunidade)	Sim (X) Não ()
2.9 Dias de realização de audiências judiciais	Segunda a Sexta
2.10 A internet está funcionando a contento	Sim (X) Não ()



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	Observações:
2.11 Como é realizado o acompanhamento das ações ajuizadas	(X) Quando do recebimento dos autos para manifestação () Outra forma de controle. Qual? _____
2.12 Forma de controle de recebimento e devolução de processos eleitorais	Não possui atribuição eleitoral.
2.13 Livros/Pastas (físicas ou eletrônicas) existentes na Promotoria	(X) Ofícios recebidos. (X) Ofícios expedidos. (X) Atos, avisos, instruções normativas, recomendações, portarias e outros normativos do Conselho Nacional do Ministério Público, Procuradoria-Geral de Justiça, Corregedoria-Geral e Coordenadoria-Geral. () Portarias de Procedimento Administrativo Preparatório e Inquérito Civil instaurados. (X) Controle de atendimento ao público. () TAC's homologados. () Guias do Sistema Arquimedes. () Autos de Prisão em Flagrante. (X) Peças Processuais elaboradas na Promotoria. () Eleitoral. (X) Livro de carga/protocolo. cópia de preenchimento dos formulários – sistemas do MP e CNMP () Visitas a Delegacias (X) CITT () Visitas a entidades de acolhimento de crianças e/ou idosos () Visitas a Presídios () Visitas a unidades socioeducativas () Disque-100 () Outros. Especificar: _____
2.14 Equipamentos existentes na Promotoria	(4) quantidade de computadores (1) quantidade de impressoras para as duas promotorias (1) quantidade de scanners para as duas promotorias () outros equipamentos. Especificar: _____
2.15 Os Servidores estão aptos a operar os Sistemas do MP/SE e CNMP	Arquimedes: Sim (X) Não () Proej: Sim (X) Não () MPJUD: Sim (X) Não () SCP (TJSE): Sim (X) Não () CITT: Sim (X) Não () IDEPOL: Sim () Não (X) MP-Mobile: Sim (X) Não () Disque-100: Sim (X) Não ()
2.16 A Promotoria, em sua atuação, observa	(X) Sim () Não



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

as nomenclaturas e terminologias presentes nas tabelas taxonômicas do CNMP	
2.17 A Promotoria, em sua atuação, está cumprindo a sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso “Favela Nova Brasília” ¹	() Sim () Não (X) Sem atribuição criminal específica
2.18 Observações Gerais/Dificuldades enfrentadas na execução do teletrabalho	Não houve dificuldade na execução do teletrabalho.

2.19) OBSERVAÇÕES GERAIS

A Promotora de Justiça informou no item 2.2 que a estrutura de apoio é insuficiente.

Considerando que falece atribuição à Corregedoria-Geral sobre gestão de pessoal, o presente relatório será encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça, para conhecimento e adoção das providências que entender pertinentes.

3) DADOS GERAIS DA COMARCA

Existe Juiz Titular na Comarca	() Sim (x) Não . O JVD está em processo de remoção para outro juiz
Existe Defensor Público na Comarca	(X) Sim () Não
Existe Delegado de Polícia na Comarca	(X) Sim () Não
Como é feito o atendimento de diligências pela Autoridade Policial	() Satisfatório (X) Insatisfatório Observações: existe demora da tramitação das ocorrências e na conclusão dos inquéritos
Existe um bom relacionamento com as demais Autoridades da Comarca	(X) Sim () Não Observações:

4) ATUAÇÃO JUDICIAL

Local	TABELA 01
--------------	------------------

1 Abster-se de utilizar os termos “oposição ou resistência à ação policial” e usar a expressão “lesão corporal ou homicídio decorrente de intervenção policial”.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	(Certidão Cartorária – Anexo 02)		
	Quantidade de processos com carga/vistas ao MP	Quantidade de processos com carga/vista ao MP, há mais de 30 dias no gabinete ministerial	Quantidade de processos em trâmite na Vara
Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Aracaju	43	-	1953

Local	TABELA 02 – processos criminais (Certidão Cartorária – Anexo 02)		
	Quantidade de processos com réus presos	Quantidade de Ações penais do Tribunal do Júri em andamento	Quantidade de sessões do Júri realizadas no último ano antes da correição
Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Aracaju	17	-	-

Local	TABELA 03 – inquéritos policiais/processos remetidos (Relatório SCP – Anexo 02)		
	Quantidade de Inquéritos/processos remetidos ao MP	Quantidade de Inquéritos/processos remetidos ao MP há mais de 30 dias	
Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Aracaju	27	-	

TABELA 04 – Inquéritos policiais remetidos há mais de 30 dias		
Número do Processo	Data da remessa ao MP	Data do último movimento
-	-	-

TABELA 05 (Relatório gerencial do MPJUD + Relatório gerencial do	
---	--



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	Arquimedes – Anexo 03)		
	Quantidade de processos recebidos no último ano antes da correição	Quantidade de processos devolvidos no último ano antes da correição	Média processual mensal
Dados Estatísticos	3.800 (MPJUD) + 440 (Arquimedes) = 4.240	3.748 (MPJUD) + 438 (Arquimedes) = 4.186	353

TABELA 06 - (Relatório gerencial do MPJUD + Relatório gerencial do Arquimedes – Anexo 03)	
Movimentos por Promotor/Período	Quantidade
1. Ajuizamento	
1.1 – Denúncia 206 (MPJUD) + 95 (Arquimedes)	301
1.2 – Petição Inicial	-
1.3 Representação por Ato Infracional	-
2 – Alegações Finais 91 (MPJUD) + 5 (Arquimedes)	96
3 – Ciência 1.381 (MPJUD) + 10 (Arquimedes)	1.391
4 – Manifestação 1.006 (MPJUD) + 253 (Arquimedes)	1.259
5 – Recomendação	-
6 – Recurso	
6.1 – Razões	25
6.2 – Contrarrazões	112 (MPJUD)
6.3 – Interposição de Recursos	-
7 – Audiências Judiciais 967 (MPJUD) + 34 (Arquimedes)	1.001
8 – Sessões do Tribunal do Júri	-
TOTAL	4.185

4.1) OBSERVAÇÕES GERAIS SOBRE ATUAÇÃO JUDICIAL

No dia da Correição, verificou-se que não havia nenhum processo judicial/inquérito policial com carga/vista à Promotoria de Justiça há mais de 30 dias em gabinete, nem fora do prazo estimado para manifestação (DOC 01), estando os serviços judiciais atualizados.

Foram juntadas peças processuais (Anexo 04), referentes à atuação judicial da Promotora de Justiça na Unidade, a saber:

Tipo de peça	Quantidade	Processos	Observações da Corregedoria Geral
--------------	------------	-----------	-----------------------------------



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	analisada		
Petições	06	201821300562	- Contrarrazões - crimes de lesão corporal e ameaça;
		201721301184	- Alegações Finais - crimes de lesão corporal dolosa leve qualificada e cárcere privado;
		201921301057	- Representação por prisão preventiva – descumprimento das medidas protetivas;
		201921301917	- Arquivamento – ameaça ou perturbação – falta de justa causa;
		202021300520	- Apelação Criminal – crime de lesão corporal;
		202121301506	- Denúncia – crime de lesão corporal e ameaça.

5) ATUAÇÃO ELEITORAL

Zona Eleitoral	Não possui atribuição
Municípios de abrangência	-
Início da designação	__/__/__
Fim da designação	__/__/__
Iniciativas adotadas no âmbito eleitoral	-

Local	ESTATÍSTICA ELEITORAL (SEM ATRIBUIÇÃO)			
	Quantidade de inquéritos policiais eleitorais em andamento	Quantidade de processos eleitorais em andamento	Quantidade de processos/inquéritos eleitorais há mais de 30 dias em gabinete	Quantidade de processos eleitorais remetidos à Promotoria no último ano
Zona Eleitoral	-	-	-	-

5.1) OBSERVAÇÕES GERAIS SOBRE ATUAÇÃO ELEITORAL

Não possui atribuição

6) ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Não exerce atribuição extrajudicial

Exerce atribuição extrajudicial

Curadorias: _____

6.1) PROCEDIMENTOS EM ANDAMENTO (Anexar relatório do PROJ)



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Trâmites	Notícia de Fato	PP	IC	PIC	PA
Em andamento	-	-	-	-	-
Fora do Prazo	-	-	-	-	-
Numeração dos procedimentos mais antigos (instaurados antes de 2018)	-	-	-	-	-
Procedimentos com mais de 90 dias sem movimentação	-	-	-	-	-

6.2) ESTATÍSTICA EXTRAJUDICIAL (Anexar relatório do PROEJ)

EXTRAJUDICIAL – ESTATÍSTICA DO PROMOTOR (Período: 01 ano antes da correição)							
Trâmites realizados	Ações cautelares ajuizadas	Ações civis públicas ajuizadas	Ações de improbidade ajuizadas	TAC's celebrados	Audiências Extrajudiciais realizadas	Audiências públicas realizadas	Recomendações Expedidas
-	-	-	-	-	-	-	-

EXTRAJUDICIAL – ESTATÍSTICA DA PROMOTORIA - PROVIDÊNCIAS DECORRENTES (Período: 01 ano antes da correição)						
Quantidade de ações cautelares ajuizadas	Quantidade de ações civis públicas ajuizadas	Quantidade de ações de improbidade ajuizadas	Quantidade de ações criminais ajuizadas	Quantidade de TAC's celebrados	Quantidade de ações de execuções ajuizadas	TOTAL
-	-	-	-	-	-	-

EXTRAJUDICIAL – ESTATÍSTICA DA PROMOTORIA (Período: 01 ano antes da correição) – a ser preenchido pela Corregedoria-Geral								
Registro de Notícias de Fato	Instauração de Procedimentos Preparatórios	Instauração de Inquéritos Cíveis	Instauração de PIC's	Instauração de PA's	Arquivamento sumário	Arquivamento com Remessa/C SMP ou Arquivamento com Remessa/Órgão Externo	Arquivamento - Acordo Entre Partes	Declinação de Atribuição/Mesmo Ramo
-	-	-	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

6.3) PRINCIPAIS ACP'S EM CURSO

Principais ACP's e Ações de Improbidade em curso ajuizadas pelo membro correicionado no último ano (anexar cópias)	
Número da ACP	Objeto da ACP
-	-
-	-

6.4) TAC'S CELEBRADOS/RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS

TAC's celebrados/Recomendações expedidas pelo membro correicionado no último ano (anexar cópias)	
Número do TAC/Recomendação	Temática
-	-
-	-
-	-

6.5) ACORDOS DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

Acordos de Não Persecução Penal celebrado pelo membro correicionado/promotoria no último ano (anexar cópias)	
Número do Procedimento/ Processo Judicial	Temática
-	-
-	-

6.6) ATUAÇÃO COMO MEMBRO DESIGNADO

Procedimentos em que o Promotor correicionado atua(ou) como membro designado	Situação do Procedimento (encerrado ou em andamento)
-	-
-	-

6.7) OBSERVAÇÕES GERAIS – ATIVIDADE EXTRAJUDICIAL



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Não possui atribuição.

7) ALIMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Relatórios	Em dia	Pendente	Sem Atribuição
ARQUIMEDES – Anexo 03	X	-	-
MPJUD – Anexo 03	X	-	-
CITT (Interceptações Telefônicas) – Res. 36/CNMP – Anexo 10	X	-	-
Atividade Eleitoral	-	-	X
DISQUE 100 () Aguardando Análise () Em análise () Finalizadas	-	-	X

7.1) Observações Gerais – Sistemas

O Sistema MPJUD foi implantado na 2ª Promotoria de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Aracaju em 28 de julho de 2020, passando a ser a principal forma para devolução dos processos com intimações enviadas ao Ministério Público.

Verificou-se que os sistemas da Promotoria de Justiça estavam sendo devidamente alimentados.

8) VISITAS

8.1 VISITAS A DELEGACIAS DE POLÍCIA () Sim () Não (X) Sem atribuição

8.2 VISITAS A PRESÍDIOS () Sim () Não (X) Sem atribuição

8.3 VISITAS A ENTIDADES DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO () Sim () Não (X) Sem atribuição

8.4 VISITAS A UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS () Sim () Não (X) Sem atribuição

8.5 VISITAS A INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA DE IDOSOS () Sim (X) Não () Sem atribuição

8.6 OUTRAS VISITAS EXTERNAS () Sim (X) Não



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

9) ELOGIOS, PRÊMIOS, CURSOS E CONGRESSOS

A Promotora de Justiça informou:

- Voto de Louvor do Colégio de Procuradores de Justiça pelo desenvolvimento e aprovação do PROJETO VIPE, atinente ao impulsionamento do Planejamento Estratégico, em 11/09/2020.
- Palestrante no curso da OAB/SE com a temática “Assistência Jurídica às Mulheres em situação de violência de gênero” – Agosto/2021.
- Webinar “Precisamos falar os direitos humanos das vítimas” – Setembro/2021
- Webinar “ Os desafio da Lei Maria da penha: Avanço? Ou Retrocesso? - Agosto 2021
- Formação de facilitadores de Círculos de construção de Paz e Justiça Restaurativa” -
- Workshop Técnicas de investigação contra a lavagem de dinheiro – Abordagem prática –
- Webinar “Prevenção ao suicídio em tempo de pandemia. Um olhar sobre todos, da criança ao idoso”. - Setembro/2020.
- MP acadêmico livre – Temas atuais de repressão ao Crime organizado – Agosto/2020
- Webinar População de rua e o papel do Ministério Público – Agosto/2020.
- Curso On-line Sistema Interamericano de Direitos Humanos – Setembro/2020.

10) AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA ATUAÇÃO FUNCIONAL

Descrever e especificar as atividades desenvolvidas, inclusive em outros órgãos onde atua/atuou.		Descrição da atividade desenvolvida
10.1 Exercício da função pedagógica da cidadania²	() Sim (X) Não	Dificuldade decorrente da Pandemia 2020
10.2 Realização periódica de audiências públicas³	() Sim (X) Não	Dificuldade decorrente da Pandemia 2020
10.3 Combater as causas que geram desigualdades⁴	() Sim (X) Não	Dificuldade decorrente da Pandemia 2020

2 Realização de palestras em escolas, associações, Ong's, clubes, etc.

3 Espaço dialógico da Democracia. Ouvir a comunidade, colher propostas e prestar contas de seu trabalho.

4 Exercício da função extrajudicial de modo interdisciplinar, ou seja, dialogando com os demais ramos do conhecimento científico e se utiliza, em procedimentos judiciais e extrajudiciais, indicadores sociais como prova.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

10.4 Incentivo ao controle de constitucionalidade⁵	() Sim (X) Não	Sem atribuição
10.5 Fiscalização do cumprimento das sentenças de procedência proferidas em ações promovidas pelo MP	() Sim (X) Não	Não temos essa ferramenta de controle
10.6 Incentivar o cumprimento da Resolução 118 do CNMP: priorização da resolução consensual das demandas	(X) Sim () Não	Sempre que possível através de audiências com as vítimas, nos crimes em que cabe dirimir a demanda sem processo criminal.
10.7 Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social no último ano	() Sim (X) Não	

11) PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

11.1) Desenvolve ou apoia algum projeto ou programa de interesse social para a Comunidade?	(X) Sim () Não
11.2) Se desenvolver algum projeto ou programa de interesse social, citar qual(quais):	
1) PROJETO VISITA CONSCIENTE que tem por escopo a humanização do espaço de visitas do COMPEMCAN, no qual mulheres e crianças permanecem à espera da vista dos presos, bem como a conscientização das mulheres acerca das consequência penais na hipótese de ingresso no estabelecimento prisional com drogas, identificando, através de assistente social, aquelas que sofrem coação e violência doméstica para encaminhamento ao MP e rede de apoio.	
2) PROJETO VIVA ANA PAULA desenvolvido para promover a estruturação de grupos reflexivos para homens e mulheres no âmbito de combate à violência doméstica.	
3) PROJETO VIPE PARA IMPULSIONAMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MINISTERIAL.	
11.3) Relação dos procedimentos extrajudiciais (PROEJ) com atuação dentro do planejamento estratégico:	
-	
11.4) Observações gerais/Justificativa	
O mencionado projeto encontra-se suspenso, após inúmeras tratativas com os órgãos envolvidos, em razão das restrições sanitárias decorrentes da Pandemia do Covid 19.	

12) REGISTRO FOTOGRÁFICO

- 5 Uso de recomendação dirigida ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo, com o objetivo de provocar o controle preventivo de constitucionalidade e de representação dirigida ao Procurador-Geral de Justiça ou ao Procurador Geral da República, com o intuito de promover o controle concentrado de constitucionalidade.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**



13) OBSERVAÇÕES GERAIS E DIFICULDADES ENFRENTADAS

A Promotora de Justiça informou:

O Juizado de Violência doméstica atualmente conta com duas promotorias de justiça especializadas. Porém, cada unidade promotorial possui apenas uma analista e uma técnica administrativa, ao contrário das demais promotorias criminais da capital, onde estão lotados 2(dois) analistas e um técnico cada uma.

A técnica administrativa lotada na 2ª Promotoria trabalha com a alimentação dos sistemas, inclusive do CNMP que dispõe sobre avaliação de riscos, bem como com os sistemas internos, acumulando as mesmas funções na 1ª Promotoria.

A técnica lotada na 1ª Promotoria, por ter formação em direito, acaba sendo orientada a confeccionar peças processuais para auxílio da analista de direito, acumulando as mesmas funções na 2ª Promotoria de Justiça de VD, trabalhando em dias alternados.

Urge que seja lotada uma analista de direito para a Promotoria, em razão do elevado número de feitos que tramita na vara perante a qual as duas promotorias têm atribuição, uma vez que, mesmo sendo duas promotorias a média processual individual de feitos recebidos e devolvidos é SUPERIOR à das demais promotorias de justiça criminais da capital, sendo tais números obtidos facilmente em análise dos feitos em andamento nas respectivas varas.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Assim, é o único pleito e observação urgente a ser realizado junto aos Órgãos Superiores da Administração do MPSE, para que haja isonomia com as demais unidades promotorias equivalentes.

14) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, quanto à demanda apresentada relativa à necessidade de lotação de servidor na Unidade, o presente relatório será encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça, para conhecimento e adoção das providências que entender pertinentes.

Na presente Correição, verificou-se que não havia nenhum processo judicial/inquérito policial com carga/vista à Promotoria de Justiça há mais de 30 dias em gabinete, nem fora do prazo estimado para manifestação, estando os serviços judiciais atualizados.

CONCEITO – Art. 74 da Resolução nº 005/2014 – CPJ

1. Forma e qualidade de redação das peças processuais analisadas: **ÓTIMO**
2. Desempenho Atividade Judicial: **ÓTIMO**
3. Desempenho Atividade Extrajudicial: **SEM ATRIBUIÇÃO**
4. Desempenho Utilização dos Sistemas: **ÓTIMO**
5. Avaliação Qualitativa: **ÓTIMO**

CONCEITO GERAL: ÓTIMO

Pelo exposto, determino o encaminhamento de cópia deste Relatório para conhecimento da Promotora de Justiça interessada, para, querendo, manifestar-se sobre seu teor, no prazo de 10 (dez) dias e, após, seja levado ao conhecimento do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do art. 126 da Lei Complementar Estadual 02/90, do art. 5º, § 2º, da Resolução nº. 149 – CNMP, arts. 10, XI e 85 do



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público de Sergipe, e art. 64 do Regimento Interno da Corregedoria Geral.

Ressalta-se, por fim, que os trabalhos correcionais verificam a situação da unidade ministerial num determinado momento, e que, mesmo após a Correição, os(as) Promotores(as) de Justiça devem manter os serviços da Promotoria em dia e organizados.

Como não foram observadas pendências durante a correição, passado o prazo de resposta da Sra. Promotora de Justiça e após apreciação do relatório pelo CSMP, archive-se.

Aracaju, 11 de novembro de 2021.

Eduardo Barreto d'Avila Fontes
Corregedor-Geral do Ministério Público